



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA

Nº 19/2026

OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de engenharia, consistentes na elaboração de anteprojetos de 02 (duas) pontes vicinais nas localidades do Porto e Varjão no Município de Piumhi/MG, incluindo levantamento de dados, estudos preliminares e definição de soluções técnicas, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura do Município de Piumhi/MG.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 8.000,00 (Oito mil reais).

PERÍODO DE PROPOSTAS

De **19/03/2026**

Até **24/03/2026**

PERÍODO DE LANCES

De **24/03/2026 às 08:00**

Até **24/03/2026 às 14:00**

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

SITE PARA REALIZAÇÃO DA DISPENSA ELETRÔNICA: WWW.licitanet.com.br

CONTATO P/ FORNECEDORES LICITANET: (34) 2512-6500 Opção 2 – (34) 3014-6633 WhatsApp–
fornecedor@licitanet.com.br

CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES: www.licitanet.com.br /
www.prefeiturapiumhi.mg.gov.br

ENVIO DE IMPUGNAÇÕES E ESCLARECIMENTOS EXCLUSIVAMENTE PELO SITE:
www.licitanet.com.br

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS / ENCAMINHAMENTOS: Rua Padre Abel nº 332 - Centro, Piumhi/MG, CEP 37.925-000, aos cuidados do agente de Contratação: Raone Luíz Antônio Amorim, Setor de Licitações. Telefone: (37) 3371-9222 e-mail: licitacaoprefpiumhi@gmail.com



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222

TERMO DE REFERÊNCIA – LEI 14.133/21 **SERVIÇO TÉCNICO DE ENGENHARIA – CONTRATAÇÃO DIRETA**

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de engenharia, consistentes na elaboração de anteprojetos de 02 (duas) pontes vicinais nas localidades do Porto e Varjão no Município de Piumhi/MG, incluindo levantamento de dados, estudos preliminares e definição de soluções técnicas, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura do Município de Piumhi/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, nos termos do artigo 72 da lei nº 14.133/2021.

1.2. Detalhamento do objeto*:

Item	Unid.	Qtde.	Descrição	Valor Unit.	Valor total
01	Serviço técnico	01	Prestação de serviços técnicos especializados de engenharia para elaboração de anteprojetos de 02 (duas) pontes vicinais, localizadas nas regiões do Porto e Varjão, no Município de Piumhi/MG, sendo uma com dimensões aproximadas de 12 (doze) metros de comprimento por 4,20 (quatro vírgula vinte) metros de largura e outra com dimensões aproximadas de 14 (quatorze) metros de comprimento por 4,20 (quatro vírgula vinte) metros de largura, podendo tais dimensões ser ajustadas em função dos estudos técnicos a serem realizados, contemplando levantamento de informações e dados técnicos do local, realização de estudos preliminares de viabilidade técnica, definição da solução estrutural mais adequada, elaboração de plantas, croquis e memoriais descritivos, indicação de dimensões, materiais e	R\$ 8.000	R\$ 8.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222

			diretrizes construtivas, estimativa preliminar de custos da futura obra, bem como demais elementos técnicos necessários à adequada compreensão dos anteprojetos.		
					R\$ 8.000,00

1.3. Da condições técnicas

1.3.1. Todos os produtos técnicos e documentos elaborados deverão observar as normas da ABNT, normas do CONFEA/CREA e demais regramentos técnicos aplicáveis;

1.3.2. Todos os equipamentos/materiais/serviços, objeto deste instrumento, deverão ser executados em fiel observância às condições deste Termo de Referência;

1.3.3. Despesas com veículos/equipamentos, combustíveis, mão de obra especializada, fornecimento de materiais, transporte de pessoal, uniformes, EPIs e EPCs são de competência da Contratada.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 30 (TRINTA) dias corridos, contados a partir da expedição da NAF e respectiva ciência da contratada, podendo ser prorrogada em situação extraordinária, devidamente justificada, limitada, contudo, ao exercício financeiro, nos termos do art. 105 da Lei n. 14.133/2021.

1.5. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 8.000,00 (Oito mil reais)**.

1.6. A estimativa de preços da presente contratação foi elaborada em conformidade com o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos parâmetros estabelecidos pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, tendo sido adotadas múltiplas fontes de pesquisa, a fim de assegurar a compatibilidade do valor com os praticados no mercado.

1.7. Para a formação do preço estimado, foram considerados os seguintes parâmetros:

1.7.1 Propostas de fornecedores

1.7.1.1. Foram obtidas 03 (três) propostas comerciais de empresas especializadas, cujos valores apresentados foram:

- R\$ 8.000,00
- R\$ 8.150,00
- R\$ 8.300,00

Média das propostas: R\$ 8.150,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222

1.7.2. Pesquisa em contratações públicas (PNCP)

1.7.2.1. Foi realizada pesquisa em banco de preços públicos, com base em contratações similares registradas no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, conforme relatório anexado, sendo identificados os seguintes valores:

- R\$ 8.000,00 (Município de Pontalina/GO)
- R\$ 8.000,00 (Município de Vale do Sol/RS)
- R\$ 9.000,00 (Município de Vale do Sol/RS)

Média das contratações públicas: R\$ 8.333,33

1.8. Análise de compatibilidade. Verifica-se que: Os valores das propostas privadas estão alinhados com os praticados na Administração Pública; O preço estimado encontra-se dentro da faixa de mercado (R\$ 8.000,00 a R\$ 9.000,00); **Não há indícios de sobrepreço ou inexequibilidade**

1.9. Diante do exposto, conclui-se que o valor estimado de **R\$ 8.000,00** mostra-se adequado, razoável e compatível com os preços de mercado, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade para a Administração Pública; foi utilizado o **menor preço válido dentre as cotações compatíveis com o mercado**, com justificativa de vantajosidade e compatibilidade com a faixa de mercado estando apto a subsidiar a presente contratação por dispensa de licitação, nos termos do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

1.10. O critério de julgamento das propostas será o de **menor preço global**, observados os requisitos de qualidade e as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘b’ da Lei n. 14.133/2021).

2.1. A presente contratação tem por finalidade atender à necessidade da Administração Pública Municipal de promover o adequado planejamento de intervenções na infraestrutura viária rural do Município de Piumhi/MG, especialmente no que se refere à implantação e/ou substituição de pontes vicinais, essenciais para a mobilidade da população, o escoamento da produção agrícola e o acesso a serviços públicos.

2.2. O Município possui extensa malha de estradas vicinais, muitas das quais apresentam travessias precárias ou inexistentes sobre cursos d’água, ocasionando dificuldades de acesso, riscos à segurança dos usuários e prejuízos ao desenvolvimento econômico local. Nesse contexto, a elaboração de anteprojetos de pontes constitui etapa preliminar indispensável para a definição de soluções técnicas adequadas, levantamento de custos estimados e viabilização de futuras contratações de obras.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222

2.3. Ressalta-se que o anteprojeto é instrumento técnico essencial para subsidiar a tomada de decisão administrativa, permitindo a avaliação comparativa de alternativas construtivas, a identificação de condicionantes locais e a previsão de investimentos necessários, em consonância com os princípios do planejamento, eficiência e economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

2.4. A contratação de empresa especializada se justifica pela necessidade de conhecimento técnico específico na área de engenharia civil, não disponível de forma suficiente no quadro técnico do Município, bem como pela complexidade inerente à análise estrutural, definição de soluções e elaboração dos elementos técnicos que compõem o anteprojeto.

2.5. Além disso, a contratação contribui para a adequada instrução de futuros processos licitatórios, reduzindo riscos de falhas de projeto, aditivos contratuais e paralisações de obras, promovendo maior segurança jurídica, eficiência na aplicação dos recursos públicos e melhoria na qualidade das obras a serem executadas.

2.6. Dessa forma, a contratação pretendida alinha-se ao interesse público, sendo necessária para garantir o planejamento eficiente das ações de infraestrutura do Município, bem como para assegurar melhores condições de mobilidade, segurança e desenvolvimento socioeconômico da população.

2.7. Por fim, destaca-se que, em razão do valor estimado da contratação, inferior ao limite estabelecido pela legislação vigente, o procedimento será realizado por meio de dispensa de licitação, nos termos do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

2.8. A contratação por dispensa eletrônica revela-se a medida mais adequada, por assegurar celeridade, economicidade, transparência e ampliação da competitividade, em consonância com os princípios previstos no art. 5º e no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’, da Lei n. 14.133/2021).

3.1. Solução proposta

3.1.1. A solução proposta para atendimento da necessidade da Administração consiste na contratação de empresa especializada ou profissional habilitado para a prestação de serviços técnicos de engenharia, destinados à elaboração de anteprojetos de pontes vicinais no Município de Piumhi/MG.

3.1.2. A contratação externa mostra-se a alternativa mais eficiente e viável, tendo em vista a necessidade de conhecimento técnico específico, bem como a inexistência ou insuficiência de



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222

equipe técnica no quadro permanente do Município para a execução dos serviços com o nível de especialização exigido.

3.2. Forma de contratação

3.2.1. Considerando o valor estimado da contratação, bem como a natureza do objeto, a solução será implementada por meio de **dispensa eletrônica de licitação com disputa**, nos termos do: Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, que prevê a possibilidade de contratação direta para serviços e compras de pequeno valor.

3.2.2. Ressalta-se que o valor da contratação encontra-se dentro dos limites estabelecidos pela legislação vigente, devidamente atualizados pelo Decreto nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025.

3.2.3. A adoção da dispensa de licitação, preferencialmente na forma eletrônica, mostra-se mais célere e eficiente, permitindo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração, observando os princípios da economicidade, eficiência, transparência e interesse público.

3.3. Ciclo de vida do objeto

3.3.1. A solução contempla todas as etapas do ciclo de vida do objeto, compreendendo:

- **Planejamento:** identificação da necessidade e definição dos locais para implantação de pontes;
- **Elaboração do anteprojeto:** desenvolvimento de estudos preliminares, definição de soluções técnicas, dimensionamento básico e estimativa de custos;
- **Validação técnica:** análise e aprovação dos anteprojetos pela Administração;
- **Utilização futura:** emprego dos anteprojetos como base para elaboração de projetos executivos, captação de recursos e realização de futuras licitações de obras;
- **Resultados esperados:** melhoria da infraestrutura viária, aumento da segurança dos usuários e estímulo ao desenvolvimento econômico local.

3.3.2. Dessa forma, o anteprojeto constitui etapa essencial no ciclo de vida das obras públicas, reduzindo riscos técnicos, prevenindo falhas de execução e contribuindo para maior eficiência na aplicação dos recursos públicos.

3.4. Normas técnicas aplicáveis

3.4.1. A execução dos serviços deverá observar rigorosamente:

- Normas da **Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT**;
- Normas do **Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA/CREA**;
- Demais legislações e normas técnicas aplicáveis à engenharia civil e infraestrutura viária.

4. NATUREZA DO SERVIÇO E ENQUADRAMENTO TÉCNICO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222

4.1. Natureza do serviço

4.1.1. Os serviços objeto da presente contratação caracterizam-se **como** serviços técnicos especializados de engenharia, consistentes na elaboração de anteprojetos de pontes vicinais, envolvendo atividades de natureza predominantemente intelectual, tais como estudos preliminares, definição de soluções estruturais e elaboração de elementos técnicos.

4.1.2. Tais serviços demandam conhecimento técnico específico na área de engenharia civil, especialmente no que se refere à análise estrutural, concepção de soluções e definição de diretrizes construtivas.

4.2. Enquadramento técnico

4.2.1. Em razão da natureza técnica e da complexidade inerente aos serviços, estes se enquadram como atividades típicas de engenharia, nos termos da legislação profissional vigente, especialmente a Lei nº 5.194/1966.

4.2.2. Dessa forma, a execução dos serviços deverá ser realizada por profissional legalmente habilitado, com registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA.

4.3. Exigência de habilitação técnica

4.3.1. Para fins de habilitação, será exigido:

- Registro ou inscrição da empresa no CREA;
- Indicação de profissional responsável técnico, devidamente registrado no CREA;
- Comprovação de vínculo do profissional com a empresa;
- Emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART referente aos serviços executados.

4.4. Fundamentação da exigência

4.4.1. A exigência de habilitação técnica e de ART não configura restrição indevida à competitividade, mas sim medida necessária para garantir:

- A adequada execução do objeto;
- A responsabilidade técnica pelos serviços prestados;
- A segurança das futuras obras a serem executadas com base no anteprojeto;
- A observância da legislação profissional aplicável.

4.4.2. Tal exigência encontra respaldo nos princípios da legalidade, eficiência e interesse público, bem como na jurisprudência dos Tribunais de Contas.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’ da Lei nº 14.133/21)



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222

5.1. Habilitação. A documentação relativa à habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e técnica será detalhada no item “Forma e critérios de seleção do fornecedor”, devendo ser exigidos apenas os requisitos indispensáveis e proporcionais à adequada execução do objeto, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

5.2. Execução e responsabilidade técnica. A execução dos serviços deverá ser realizada diretamente pela empresa contratada, por meio de profissional legalmente habilitado, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, que atuará como responsável técnico.

5.3. Não será admitida a subcontratação do objeto, tendo em vista a natureza técnica e intelectual dos serviços, que demandam controle direto da execução e responsabilidade técnica formal.

5.4. A responsabilidade técnica pelos serviços deverá ser comprovada mediante:

- Indicação de profissional habilitado;
- Comprovação de vínculo com a contratada;
- Emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.

5.5. Não será exigida garantia de contratação, conforme faculta o art. 96 da Lei nº 14.133/2021, considerando: o baixo valor da contratação, a baixa complexidade relativa do objeto (anteprojeto), a inexistência de riscos relevantes à execução contratual e a previsão de pagamento condicionado à entrega e aprovação integral dos serviços.

5.6. Requisitos técnicos mínimos. A contratada deverá:

- Possuir experiência compatível com o objeto, podendo ser exigida comprovação por meio de atestado de capacidade técnica compatível com serviços similares;
- Observar as normas técnicas aplicáveis, especialmente da ABNT e do CONFEA/CREA;
- Entregar os produtos em conformidade com as especificações do Termo de Referência;
- Responsabilizar-se pela qualidade técnica dos serviços prestados.

5.6. Condições de execução. A execução dos serviços deverá:

- Observar os prazos estabelecidos no Termo de Referência;
- Atender às demandas da Administração com qualidade e precisão técnica;
- Permitir acompanhamento e fiscalização por servidor designado;
- Prever eventuais ajustes técnicos sem ônus adicional, caso necessários à adequada aprovação do anteprojeto.

6. VISTORIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222

6.1. A vistoria técnica ao(s) local(is) onde serão executados os serviços é **facultativa**, podendo ser realizada pelos licitantes interessados, mediante prévio agendamento junto à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, pelo telefone: **(37) 3371-9283**.

6.2. Alternativamente à vistoria, os interessados poderão solicitar informações complementares junto à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, sendo de sua responsabilidade a análise das condições necessárias à adequada execução do objeto.

6.3. A não realização da vistoria técnica não poderá ser utilizada como justificativa para eventual descumprimento das obrigações contratuais, desde que as informações disponibilizadas pela Administração sejam suficientes para a elaboração da proposta.

6.4. Os licitantes assumem a responsabilidade pela análise das condições locais e pela adequada avaliação dos elementos necessários à execução do objeto, não sendo admitidas alegações posteriores de desconhecimento que comprometam a execução contratual.

7. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei nº 14.133/2021).

7.1. Do Instrumento Contratual. Nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, o instrumento contratual será substituído pela Nota de Empenho, que fará as vezes de contrato, vinculando-se integralmente a este Termo de Referência e à proposta da contratada. A execução dos serviços será formalizada por meio da emissão da Nota de Empenho e da respectiva Ordem de Serviço ou instrumento equivalente.

7.2. Prazo de execução. O prazo para execução dos serviços será de até **30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço ou instrumento equivalente, devidamente formalizado pela Administração.

7.2.1. O prazo poderá ser prorrogado, em caráter excepcional, desde que devidamente justificado e autorizado pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7.3. Início da execução. A execução dos serviços terá início após: Emissão da Ordem de Serviço/NAF e ciência formal da contratada.

7.4. Forma de execução. Os serviços deverão ser executados de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global, compreendendo a elaboração completa do anteprojeto de pontes vicinais, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

7.5. Entregas (produtos esperados). A contratada deverá apresentar, no mínimo:

- Levantamento de dados e informações técnicas do local;
- Estudos preliminares e definição da solução técnica;
- Plantas, croquis e elementos gráficos do anteprojeto;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222

- Memorial descritivo;
- Estimativa preliminar de custos;
- Demais elementos técnicos necessários à compreensão do anteprojeto.

7.6. Acompanhamento e fiscalização. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Administração, que poderá:

- Solicitar esclarecimentos técnicos;
- Requisitar ajustes e complementações;
- Rejeitar produtos em desacordo com o Termo de Referência.

7.7. Aceite e recebimento. O recebimento do objeto ocorrerá em duas etapas:

I – Recebimento provisório: Mediante entrega dos serviços pela contratada, para análise técnica.

II – Recebimento definitivo: Após verificação da conformidade dos serviços com as especificações exigidas, no prazo a ser definido pela Administração.

7.8. Correções e ajustes. Caso sejam identificadas inconsistências ou inadequações técnicas, a contratada deverá promover as correções necessárias sem ônus adicional, no prazo estabelecido pela Administração.

7.9. Responsabilidade técnica. A execução dos serviços deverá ocorrer sob responsabilidade de profissional legalmente habilitado, com emissão da respectiva **ART (Anotação de Responsabilidade Técnica)**.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21).

8.1. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL: O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

8.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

8.4. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222

8.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

8.6. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

8.7. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade, no prazo indicado pelo fiscal.

8.8. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

8.9. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

8.10. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

8.11. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

8.12. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.13. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.14. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.15. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos já estivessem vencidos quando do pagamento.

9. DO RECEBIMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222

9.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato.

9.2. O contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

9.3. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada etapa e após a apresentação da medição prévia pelo Contratado, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

9.4. Em caso de rejeição, o fiscal fixará prazo para que a irregularidade seja sanada, às custas do contratado, sem prejuízo da aplicação de penalidades cabíveis.

9.5. Nesse caso, cabe à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório

9.6. A aprovação da medição prévia apresentada pelo contratado não o exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

9.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo as seguintes diretrizes:

9.9.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222

indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à **CONTRATADA**, por escrito, as respectivas correções;

9.9.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

9.9.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

9.9.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei n. 14.133/2021).

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica com disputa com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço.

10.2 DA FASE DE LANCES

10.2.1 A partir das 08:00 da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a Sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

10.2.2 Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.2.3. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do lote.

10.2.4. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.2.5 O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

10.2.6 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 10,00.

10.2.7 Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

10.2.8 Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.2.9 Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

10.2.10 Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222

10.2.11. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, **sem qualquer possibilidade de prorrogação** e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

10.3. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e técnica são as seguintes:

I – Habilitação jurídica. Inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, quando for o caso.

II – Cadastro. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, conforme o caso.

III – Regularidade fiscal. Prova de regularidade fiscal perante:

- Fazenda Federal;
- Fazenda Estadual;
- Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante; ou outra equivalente, na forma da lei.

IV – Regularidade social. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, demonstrando o cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

V – Regularidade trabalhista. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa.

VI – Declaração constitucional. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo constante do **Anexo I**.

VII – Qualificação econômico-financeira. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

VIII – Qualificação técnica:

a) Registro ou inscrição da empresa no CREA, em plena validade;

b) Comprovação de que possui em seu quadro profissional legalmente habilitado, com registro no CREA, que será o responsável técnico pela execução dos serviços;

c) Atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução de serviços compatíveis em natureza e características essenciais com o objeto da contratação, vedada a exigência de quantitativos mínimos ou complexidade superior ao objeto;

d) Compromisso de apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART na execução do objeto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222

10.4. No que se refere ao prazo de 05 (cinco) dias úteis prorrogável por igual período, para regularizar documentação de habilitação fiscal e trabalhista após a declaração como vencedora das empresas que se enquadrem Micro Empresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006 (Art. 43, atualizado pela LC 155/2016 e Decreto 8.538/2015), a regularização aplica-se **exclusivamente à regularidade fiscal e trabalhista, não se estendendo à qualificação técnica.**

10.5. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.5.1 Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período em ÚNICA VEZ, contado da solicitação por parte da licitante ao Agente de Contratação/Comissão.

10.5.2 A proposta final adequada ao valor do lance vencedor deverá ser enviada por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período em ÚNICA VEZ, contado da solicitação por parte da licitante ao Agente de Contratação/Comissão.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município de Piumhi/MG, conforme dotação orçamentária abaixo discriminada, nos termos da legislação vigente.

11.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações: 02.08.01-26.782.0014.2136-3.3.90.36.00 – 1.500.000.0000; 02.08.01-26.782.0014.2136-3.3.90.39.00 – 1.500.000.0000.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE:

12.1. A Contratada obriga-se a:

- a)** Cumprir integralmente as disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como as condições estabelecidas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- b)** Executar os serviços com qualidade técnica, observando as especificações constantes neste Termo de Referência, dentro dos prazos estabelecidos, apresentando a respectiva nota fiscal devidamente discriminada;
- c)** Executar os serviços com zelo, eficiência, responsabilidade e observância das boas práticas de engenharia;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222

- d)** Responsabilizar-se por todos os custos diretos e indiretos decorrentes da execução contratual, inclusive tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, deslocamentos, e demais despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto;
- e)** Responder civilmente por quaisquer danos materiais ou morais causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, durante a execução do contrato;
- f)** Corrigir, sem ônus para a Administração, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis** (ou outro prazo fixado pela fiscalização), quaisquer falhas, erros ou irregularidades apontadas na execução dos serviços;
- g)** Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- h)** Observar rigorosamente as normas técnicas aplicáveis, especialmente as da ABNT e do sistema CONFEA/CREA;
- i)** Executar os serviços sob responsabilidade de profissional legalmente habilitado, com emissão da respectiva **ART (Anotação de Responsabilidade Técnica)**;
- j)** Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto contratado, nem subcontratar sua execução, salvo se previamente autorizado pela Administração;
- k)** Responsabilizar-se pelos vícios e defeitos dos serviços executados, obrigando-se a corrigi-los, nos termos da legislação aplicável;
- l)** Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Administração, atendendo prontamente às demandas da fiscalização;
- m)** Disponibilizar meios de contato atualizados (telefone e e-mail) e manter comunicação contínua com a Administração durante a execução contratual;
- n)** Zelar pela boa e fiel execução do contrato, garantindo a qualidade técnica dos serviços prestados.

12.2. O Contratante obriga-se a:

- a)** Receber o objeto provisória e definitivamente, conforme especificações, prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- b)** Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, por meio de servidor ou comissão especialmente designada, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à contratada quaisquer ocorrências que exijam medidas corretivas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222

- c) Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- d) Atestar as notas fiscais/faturas por servidor competente, após a verificação da conformidade dos serviços executados;
- e) Proporcionar as condições necessárias para que a contratada possa executar os serviços de forma adequada, conforme as disposições contratuais;
- f) Efetuar o pagamento à contratada conforme o valor contratado, no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados do recebimento definitivo do objeto e da apresentação de nota fiscal devidamente atestada;
- g) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, nem por danos causados a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS:

13.1. Prazo de garantia. A contratada deverá garantir a qualidade técnica dos serviços prestados pelo prazo mínimo de **06 (seis) meses**, contados a partir do recebimento definitivo do objeto.

13.2. Obrigações durante a garantia. Durante o período de garantia, a contratada ficará obrigada a:

- Corrigir, revisar ou refazer, total ou parcialmente, os serviços executados, nos casos de erros, falhas, omissões ou inconsistências técnicas constatadas;
- Realizar os ajustes necessários sem qualquer ônus adicional para a Administração;
- Atender às solicitações da contratante no prazo fixado pela fiscalização.

13.3. Responsabilidade técnica. A garantia não exclui a responsabilidade técnica da contratada pela solidez, segurança e qualidade dos serviços executados, nem afasta a aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1. Infrações administrativas. Constituem infrações administrativas, nos termos da Lei nº 14.133/2021, as condutas praticadas pela contratada que impliquem:

- I – dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II – dar causa à inexecução total do contrato;
- III – deixar de entregar a documentação exigida para a contratação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222

- IV – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- V – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- VI – apresentar declaração ou documentação falsa;
- VII – fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- VIII – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- IX – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- X – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

14.2. Sanções aplicáveis. Pela prática das infrações previstas no item anterior, a Administração poderá aplicar à contratada as seguintes sanções:

- I – advertência;
- II – multa;
- III – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
- IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

14.3. Multas. Poderão ser aplicadas as seguintes multas:

- a) **Multa moratória** de até **0,5% (meio por cento) por dia de atraso**, calculada sobre o valor da contratação, até o limite de 10% (dez por cento);
- b) **Multa compensatória** de até **10% (dez por cento)** sobre o valor total da contratação, em caso de inexecução total ou parcial do objeto.

14.4. Aplicação das sanções. As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme a gravidade da infração, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação vigente.

14.5. Rescisão contratual. A rescisão da contratação poderá ocorrer nas hipóteses previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, especialmente nos seguintes casos:

- I – descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais;
- II – atraso injustificado na execução dos serviços;
- III – falhas reiteradas na execução do objeto;
- IV – paralisação do serviço sem justa causa;
- V – razões de interesse público, devidamente justificadas;
- VI – caso fortuito ou força maior que impeça a execução do contrato.

14.6. Procedimento para rescisão. A rescisão será precedida de:

- Notificação formal à contratada;
- Concessão de prazo para manifestação e eventual regularização;
- Análise pela Administração;
- Decisão motivada, com indicação dos fundamentos legais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222

14.7. Efeitos da rescisão. A rescisão poderá implicar:

- Aplicação das sanções cabíveis;
- Retenção de valores eventualmente devidos;
- Responsabilização por perdas e danos;
- Convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para dar continuidade à execução, nas mesmas condições propostas.

14.8. Convocação do próximo colocado

14.8.1. Em caso de recusa injustificada da contratada em executar o objeto ou em caso de rescisão contratual, poderá a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assumir a execução do objeto, nas mesmas condições ofertadas, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

15. DA GESTÃO DOS SERVIÇOS:

15.1. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pela **Secretaria Municipal de Obras e Infraestruturas**, por meio de servidor ou comissão formalmente designada, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. Competências da fiscalização. Compete à fiscalização:

- Verificar se os serviços executados estão em conformidade com as especificações técnicas, normas aplicáveis e objetivos do contrato;
- Acompanhar o cumprimento dos prazos estabelecidos;
- Solicitar esclarecimentos técnicos à contratada;
- Determinar a correção de falhas, inconsistências ou inadequações identificadas;
- Registrar ocorrências relevantes em instrumento próprio;
- Atestar a execução dos serviços para fins de pagamento;
- Rejeitar, no todo ou em parte, serviços executados em desacordo com o Termo de Referência.

15.3. Limites da fiscalização. A atuação da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada quanto à execução do objeto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades decorrentes de ação ou omissão.

15.4. Comunicação entre as partes. A comunicação entre a contratada e a Administração deverá ocorrer preferencialmente por meio formal (e-mail, ofício ou sistema eletrônico), garantindo o registro das tratativas relacionadas à execução contratual.

Gestor do Futuro contrato: **Tadeu Augusto Ferreira**

Fiscal do Futuro contrato: **Anderson Silva Rodrigues**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222

Piumhi, 19 de Março de 2.026.

Tadeu Augusto Ferreira
SECRETÁRIO MUNICIPAL OBRAS E INFRAESTRUTURAS.

Aprovado em 19 de Março de 2.026.

Dr. Paulo César Vaz
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9222

ANEXO I MODELO DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE, SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ.

(Nome da Empresa) CNPJ/MF N° , sediada (Endereço Completo),
Declaramos que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância ao art. 68, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21.

(Local e Data) (Nome do Declarante)

(Nome da Empresa / CNPJ N°.)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente, assinada e carimbada com o número do CNPJ. Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.